

Internet, Comunicação Alternativa e Movimentos Sociais: uma Análise a partir da Economia Política da Comunicação e da Teoria dos Movimentos Sociais¹

Carlos FIGUEIREDO²

Resumo: Desde a Primavera Árabe, passando pelos Indignados, na Espanha, e pelo Occupy Wall Street, nos EUA, até chegar na Mídia Ninja no Brasil; o uso da internet por movimentos sociais vem ganhando cada vez mais análises acadêmicas, muitas delas a partir das teorias da Cibercultura. Este artigo analisa a chamada Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) a partir da Economia Política da Comunicação e da Teoria dos Movimentos Sociais. Na primeira parte do trabalho, analisamos o uso da internet sob a perspectiva da teoria dos movimentos sociais, usando conceitos como repertórios de protesto e performance. Em seguida, discutimos a hipótese, muito defendida, de que redes sociais como Twitter e Facebook constituem esferas públicas. Por fim, questionamos a noção de prosumidor a partir do conceito de Espírito do Capitalismo de Boltanski e Chiapello.

Palavras-chave: Midialivrismo, Comunicação Alternativa, Movimentos Sociais, Esfera Pública, Internet

1. Introdução

O surgimento de movimentos sociais e protestos como a Primavera Árabe, o Indignados, na Espanha, o Occupy Wall Street e, no Brasil, as chamadas jornadas de junho em 2013, acompanhada do sucesso de coletivos de mídia alternativos como a Mídia Ninja, levou a um grande furor acerca do papel da Internet e outras Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's) na democratização da sociedade e na constituição de movimentos sociais. Estudiosos como Malini e Autoun (2013) e Castells (2013) colocam a internet no centro dos acontecimentos e apontam a lógica do ciberespaço e das redes como um dos fatores responsáveis pelo potencial democrático e libertador desses movimentos e protestos. A horizontalidade, a busca por consenso através da deliberação, a busca por autonomia e partilha do comum são vistos, por estes autores, como características desses movimentos surgidas graças às interações mediadas por computador.

Negar a importância das TIC's no mundo contemporâneo é um erro crasso, já são parte do cotidiano e influenciam tanto a esfera privada quanto a pública. Entretanto consideramos que é preciso uma visão mais matizada de sua influência na sociedade e,

¹Trabalho apresentado no GP Economia Política da Informação, Comunicação e Cultura do XVI Encontro dos Grupos de Pesquisa em Comunicação, evento componente do XXXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

²Pesquisador de Pós-Doutorado do Programa de Pós-Graduação em Comunicação da Universidade Federal de Sergipe (PPGCOM-UFS)

principalmente encarar com espírito crítico as mudanças causadas por essas tecnologias, evidenciando as contradições inerentes a elas. Dessa forma, concordamos com Bolaño (2007, p.21) quando coloca que a internet “como desdobramento técnico-econômico do sistema capitalista, carrega em sua essência as contradições nele presentes, as quais são determinadas por assimetrias entre seus participantes”. Ao mesmo tempo isso não impede que reconheçamos o grande potencial libertador e contra-hegemônico da rede. As possibilidades de desafiar os diferentes poderes constituídos e de dar voz a grupos subalternos foram potencializadas em grande escala com a massificação do acesso à internet. Por reconhecer as possibilidades abertas pela internet para a mobilização de militantes, difusão de ideias, protesto e a realização de uma comunicação alternativa e popular, é que pretendemos contribuir com uma análise baseada nas teorias dos movimentos sociais e da Economia Política da Comunicação (EPC).

Nossa análise recairá sobre a atuação do coletivo midialivrista chamado Mídia Ninja (Narrativas Independentes, Jornalismo e Ação) durante os protestos de junho de 2013. Assim, em um primeiro momento, vamos analisar este grupo a partir dos conceitos de oportunidade política, performance e repertório de protesto, conceitos utilizados por Tilly (2006) e Tarrow (2009) na análise de movimentos sociais.

Buscaremos também entender as mudanças estruturais na esfera pública, que vêm acontecendo com a reestruturação capitalista a partir da década de 1970, e o papel central das TIC's nesse processo. Nesse sentido, a EPC é essencial por seu interesse, como enfatiza Mosco (2009), na mudança social e transformação histórica, assim como na totalidade das relações sociais que compõem as áreas social, econômica, política e cultural da vida, procurando compor um quadro completo de análise sem se restringir às estratégias comunicativas e de protesto dos movimentos sociais ou da tecnologia. Mosco (2009, p. 2) entende a Economia Política como “o estudo das relações sociais, particularmente as relações de poder, que mutuamente constituem a produção, distribuição e consumo de recursos, incluindo recursos comunicacionais”. Dessa forma, nossa análise recai sobre a questão de ao tentarem produzir comunicação alternativa, cujo objetivo é se posicionar de forma contra-hegemônica, esses movimentos não estariam na verdade produzindo uma comunicação eivada de determinismo tecnológico e do individualismo neoliberal, sem compreender as contradições inerentes aos processos sociais dentro de uma sociedade capitalista.

2. Movimentos Sociais e Internet

O Coletivo Mídia Ninja considera-se um movimento social midialivrista, que tem entre as suas bandeiras a democratização da comunicação. Para Carrol e Hackett (2006), o ativismo pela democratização da mídia busca democratizar o acesso e a propriedade dos meios ao mesmo tempo em que produz conteúdo contra-hegemônico, muitas vezes em apoio a outros movimentos. Ou seja, esse tipo de movimento social possui sua própria demanda, mas ultrapassa os limites de suas reivindicações no momento em que torna públicas as reivindicações de outros movimentos ou denuncia arbitrariedades sofridas por manifestantes de outros grupos durante protestos de ruas. A Mídia Ninja cumpriu esse papel de apoio em protestos não só durante os protestos de junho de 2013, mas também em oportunidades como a Marcha da Maconha e a Greve dos Professores no Rio em 2013 ao mesmo tempo em que reivindica a democratização dos meios de comunicação.

De acordo com Malini e Antoun (2013, p.22), o midialivrismo surgiu, na década de 1980, como um desdobramento da cultura hacker cujo propósito principal era difundir a comunicação através da rede de computadores para além das grandes universidades e o complexo militar norte-americanos, atores que possuíam o monopólio da rede Arpanet, rede de comunicação que precedeu a Internet. Assim, é criada a Usenet, rede alternativa onde começam a ser nascido grupos de discussão e surge, em 1984, o ciberativismo, ou seja, “ações coletivas coordenadas e mobilizadas coletivamente através da comunicação distribuída em rede coletiva” (Idem, p.20). É a partir desses grupos de discussão que vão sendo construídas as definições do que seria o midialivrismo ou ativismo midiático.

Nesse momento, surge uma bifurcação entre midialivrismo de massa e midialivrismo ciberativista. O midialivrismo de massa reuniria experiências vivenciadas por movimentos sociais na produção de comunicação popular ou comunitária, fazendo uso da radiodifusão e partindo de uma perspectiva contra-hegemônica em relação à comunicação produzida pelos conglomerados empresariais transnacionais e nacionais de mídia. Enquanto o midialivrismo ciberativista parte de experiências envolvendo dispositivos tecnológicos digitais, que permitem a potencialização da participação em rede “cujo principal resultado é a produção de um mundo sem intermediários da cultura, baseada na produção livre e incessante do comum, sem quaisquer níveis de hierarquia que reproduza exclusivamente a dinâmica de comunicação um-todos” (Ibidem, p. 21-2). Malini e Antoun consideram os dois tipos de midialivrismo como coirmãos. A Mídia Ninja se encaixaria, portanto, no midialivrismo ciberativista.

De acordo com Della Porta (2007, p.23), o conceito de movimento social pode ser relacionado “à presença de redes de interações predominantemente informais, baseadas em crenças compartilhadas e na solidariedade, que se mobilizam acerca de temáticas conflituosas mediante o uso frequente de várias formas de protesto”. O termo rede, de acordo com Nhoria e Eccles (1992, p.288), representa uma estrutura de laços entre atores de um determinado sistema social. Estes atores podem ser papéis, indivíduos, organizações, setores ou estados-nação. Os laços que os unem podem basear-se na conversação, afeto, amizade, parentesco, autoridade, troca econômica, troca de informação etc. Ou seja, as relações em rede já existiam antes das TIC’s, e o papel das novas tecnologias foi potencializá-las, expandido-as dramaticamente após a reestruturação capitalista iniciada na década de 1970. Os movimentos sociais já estabeleciam redes *offline* antes da difusão da internet. Eram interações baseadas na proximidade ideológica em busca de apoio mútuo.

O confronto político, de acordo com Tarrow (2009, p.99), está ligado a oportunidades de ação coletiva, e aumenta “quando as pessoas obtêm recursos externos para escaparem da submissão e encontram oportunidades para usá-los”, assim como quando “as pessoas se sentem ameaçadas por custos que não podem arcar ou que ofendem seu senso de justiça”. Caso a disputa se alastre pela sociedade, estaremos diante de um ciclo de confrontos. Confrontos, para Tarrow, são fruto das idas e vindas da luta política. O movimento social surge quando o confronto “toca em redes sociais e estruturas conectivas embutidas e produz quadros interpretativos de ação coletiva e identidades de apoio capazes de sustentar o confronto com oponentes poderosos (Idem, p.43).

A Mídia Ninja se tornou conhecida do público após sua atuação nas jornadas de junho. O estopim das jornadas de junho de 2013 foi o aumento das passagens de ônibus e metrô na cidade de São Paulo de R\$ 3,00 para R\$ 3,20, o que levou o Movimento Passe Livre (MPL) a fazer protestos de rua contra o aumento. O MPL viu no aumento uma oportunidade para chamar atenção para sua pauta de gratuidade das passagens e reivindicar melhorias no transporte urbano. A partir daí, o aparato repressivo do estado é acionado. Um grande número de insatisfeitos com o sistema político em um contexto de começo do esgotamento das políticas lulistas, uma série de medidas que permitiram a ascensão de um grande contingente de pessoas a partir do aumento do salário mínimo e programas sociais redistributivos, engrossaram as fileiras dos protestos trazendo as pautas mais variadas. Apesar do aumento da renda e do conseqüente acesso ao consumo no período de reformismo fraco do Lulismo (SINGER, 2012), não houve uma melhora nos serviços

públicos prestados pelo Estado, entre eles o transporte público. Entretanto, as queixas durante as manifestações se expandiram para educação, saúde, corrupção etc. A Mídia Ninja passa a atuar quando há um aumento da violência da Polícia Militar contra os manifestantes, denunciando a truculência policial através da transmissão ao vivo dos protestos, utilizando *smartphones* e plataformas como o twitcasting.

Primeiro, o aumento no preço das passagens gera uma oportunidade política para o MPL expor suas pautas. Os meios de comunicação ao criticarem maciçamente o MPL por obstruir o trânsito na Avenida Paulista durante as manifestações e por uma possível injustiça contra os governos estadual e municipal cujo aumento concedido estava abaixo da inflação, fez com que um grupo de pessoas que se identificavam com a reivindicação e/ou eram críticos da baixa qualidade dos serviços públicos fossem às ruas com pautas as mais variadas, fazendo surgir o bordão “não é pelos R\$ 0,20”. A cobertura dos grandes meios de comunicação, que em um primeiro momento apoiou a repressão policial contra os manifestantes, fez com que surgisse a oportunidade para que meios e coletivos de comunicação alternativos e contra-hegemônicos atuassem naquele momento.

Aproveitando as críticas generalizadas aos grandes meios de comunicação de massa naquele momento, a Mídia Ninja começa a fazer coberturas das manifestações a partir do dia 18 de junho quando acontece o 6º Ato contra o Aumento da Tarifa. Fazendo uma cobertura em tempo real e crua dos protestos sem edições ou cortes com o apoio de smartphones munidos de aplicativos como twitcasting, usado para transmissões ao vivo com uso de celulares conectados à Internet, os “Ninjas” começaram a fazer uma cobertura apelidada pelos próprios de “Alta Fidelidade e Baixa Resolução”. Ou seja, os integrantes da Mídia Ninja defendem a realização de uma cobertura fiel a princípios políticos e engajada, ainda que, do ponto de vista técnica, a qualidade do produto seja baixa. O importante seria captar o fato naquele momento com uma cobertura diferente da oferecida pelos grandes meios de comunicação. Partindo da ideia de horizontalidade, que permeia as práticas midialivristas, qualquer um poderia transmitir a partir da plataforma oferecida pela Mídia Ninja, colocando assim a ideia de que qualquer indivíduo pode ser um “fazedor de mídia”. (LORENZOTTI, 2014). Uma ideia muito próxima da apologia ao prosumidor (*prosumer*) cujo núcleo consiste na tese de que os consumidores podem tornar-se também produtores, e que coloca erroneamente no mesmo patamar grandes corporações e seus clientes. De qualquer forma, a disputa por enquadramentos e narrativas entre o midialivrismo da Mídia

Ninja, uma das novidades políticas de 2013, e o jornalismo tradicional será uma constante durante 2013 quando vão acontecer uma série de manifestações.

Para compreendermos o contexto do uso de *smatphones* pelos midialivristas dentro da filosofia apregoada pela Mídia Ninja de “Alta Fidelidade, Baixa Resolução”, a promessa de uma comunicação crua, sem filtros, seguindo a máxima punk do “Faça você mesmo”, vamos lançar mão dos conceitos de Performance e Repertório de Protestos elaborados por autores como Tilly (2006) e Tarrow (2009). Performances se agrupam em repertórios de protestos e reivindicação, tornando-se rotinas que são aplicadas em confrontos contra os adversários políticos. A metáfora teatral chama a atenção para o conjunto de aprendizado, improvisação e caráter de interações entre manifestantes e poder. (TILLY, 2006, p.35). O uso dos celulares, a forma como se produz o material, tudo isso faz parte da performance: modos de se comportar em manifestações como gritos, cânticos, cartazes, ocupações do espaço público ou uso da violência. As passeatas do MPL, por exemplo, são um repertório e apresentavam uma performance que visava chamar a atenção do poder instituído, dos públicos e possíveis apoiadores.

Os repertórios variam de acordo com o lugar, período histórico e adversário a ser enfrentado. Mas como um todo, quando as pessoas fazem reivindicações coletivas, elas inovam dentro dos limites colocados pelos repertórios estabelecidos de acordo com o local, momento histórico e adversário a ser enfrentado. A grande novidade colocada por movimentos sociais como a Mídia Ninja é o uso de transmissão ao vivo das manifestações, de forma crua. A escolha do que filmar no momento do protesto pelo manifestante é o único filtro na transmissão. Antes do advento da telefonia móvel, as tecnologias à disposição para atingir os mesmos resultados apresentavam preços proibitivos para movimentos sociais. A compreensão dos conceitos de performance e repertório é importante para que não caíamos no determinismo tecnológico que restringe as possibilidades de determinados protestos à existência da tecnologia, que forneceria, segundo essa visão, não apenas os meios técnicos, mas também as condições subjetivas para que os manifestantes se disponham a enfrentar o poder instituído. São as oportunidades políticas e a não aceitação de um quadro considerado injusto pelos manifestantes que levam a protestos e à formação de movimentos sociais, como observa Tilly (2006, p. 41-2). Os repertórios e recursos é que variam de acordo com as condições materiais e desenvolvimento tecnológico. Os manifestantes usam as novas tecnologias para os protestos, mas esses usos são subordinados ao contexto político, e não o contrário.

Por isso, entendemos que a Internet coloca novas possibilidades, novos repertórios para os movimentos sociais. Entretanto, a transmissão ao vivo por *smartphones* vem se integrar em um conjunto de repertórios e recursos dos quais os movimentos sociais já faziam uso: a comunicação alternativa ou mídia radical. A mídia radical não reclama para si uma representação política travestida de representação profissional, como o fazem os grandes meios de comunicação de massa, mas de defesa de determinados grupos, ideologias e estilos de vida que não encontram espaço nos meios de comunicação tradicionais. Downing (2004, p.21) refere-se à mídia radical como a “mídia – em geral pequena e sob muitas formas diferente - que expressa uma visão alternativa às políticas, prioridades e perspectivas hegemônicas”.

Já para Atton (2002, p.491), “Mídia Radical pode ser vista como uma forma extremamente radical de comunicação, em que pessoas que normalmente têm acesso negado à grande imprensa são capazes de falar sobre temas que dizem respeito a elas”. Ainda segundo Atton (Idem), a mídia radical tem importância fundamental para os novos movimentos sociais, em que “jornalistas-ativistas” procuram estabelecer um contradiscurso em relação àquele encontrado nas mídias tradicionais. A mídia radical se coloca nesse caso como um importante repertório de confronto e como recurso para os movimentos sociais comunicarem suas demandas. Todavia, para podermos construir um bom quadro analítico é necessário entendermos a natureza da informação e da esfera pública após os adventos das TIC's. Acreditamos que sem a compreensão das contradições do atual estágio do capitalismo e sua influência nos processos sociais, a comunicação alternativa acabará capturada por ideias de matriz neoliberal como prosumidor e outras crenças que colocam os indivíduos como empreendedores de si mesmo, reproduzindo, assim, ideologias ligadas ao ideário neoliberal.

3. Esfera Públicas, Redes Sociais e Comunicação Alternativa

Assim como Bolaño (2008), acreditamos que a reestruturação capitalista que acontece a partir da década de 1970, e o advento das TIC's levaram a uma nova reestruturação da Esfera Pública. Como os movimentos sociais dependem de uma esfera pública funcionando sem censuras ou barreiras de acesso para que possa levar sua mensagem ao maior número de pessoas possíveis, é preciso entender a natureza da Esfera Pública com o advento da Internet. O conceito de Esfera Pública pode ser compreendido como um espaço de discussão onde os participantes são tratados como iguais, sem

distinções de classe e status, sendo permitido o uso público da razão na discussão de questões de caráter político e público em que o melhor argumento prevalece, e o consenso é criado. Para Habermas (1996, p.446), o conceito de Esfera Pública denota todas as condições de comunicação sob as quais podem se dar uma formação discursiva da opinião e da vontade por parte de um público composto de cidadãos de um Estado, e isso se deve à sua adequação enquanto conceito fundamental de uma teoria da democracia cujo intento é normativo. Habermas situa o surgimento da Esfera Pública Burguesa, uma esfera onde pessoas privadas se reuniam para formar um público, no contexto da luta contra o regime absolutista. A Burguesia não pretendia apenas chegar ao poder, mas também, acenava com mudanças nos fundamentos sob os quais este era exercido.

Habermas parte de uma análise historicizada de como a partir da luta empreendida pela classe Burguesa pelo poder político emanou o princípio normativo da publicidade. Dentro dessa Esfera Pública era articulada uma consciência política que, segundo Habermas (2003, p.71), voltava-se contra o poder absoluto ao exigir deste a concepção de leis gerais e abstratas que teriam como fundamento a Opinião Pública. Contudo, a instituição da sociedade de massa e do Estado de Bem-Estar Social passa a estabelecer uma racionalização do social. A racionalidade instrumental invadia a esfera privada, o jornalismo político-literário dá lugar aos meios de comunicação de massa orientados para o lucro e não para o debate crítico-racional, o público ilustrado dá lugar à sociedade de massa. Com a ampliação da esfera pública, os debates são transformados em espetáculos.

Após 30 anos, Habermas (1996, p.452-453) insere o conceito de Esfera Pública dentro de sua Teoria da Ação Comunicativa, em que o mundo social é dividido em sistema e mundo da vida com os sistemas econômico e político, funcionando através das sanções positiva do dinheiro e negativa do poder, respectivamente, tentando colonizar o mundo da vida, onde prevalece a lógica comunicativa. Habermas considera que a Esfera Pública é um espaço de defesa do mundo da vida contra os imperativos sistêmicos, caracterizada por dois processos cruzados: a geração comunicativa do poder legitimado por um lado e o desenvolvimento manipulador do poder midiático para adquirir lealdade de massa, demanda por consumo, e "complacência" com imperativos sistêmicos de outro. Habermas lembra que a Esfera Pública não pode se apoiar apenas em garantias institucionais, mas deve encontrar suporte também nas tradições culturais e padrões de socialização, da cultura política, de uma população acostumada à liberdade, ou seja, em uma sociedade civil fortalecida.

A esfera pública pode ser descrita como uma rede adequada para a comunicação de conteúdos, tomadas de posição e *opiniões*; nela os fluxos comunicacionais são filtrados e sintetizados, a ponto de se condensarem em opiniões *públicas* enfeixadas em temas específicos. (HABERMAS, 1997, p.92)

As utopias da cibercultura esperavam que a massificação da internet produziria uma esfera pública de discussão livre onde todos poderiam ter voz, produzirem conteúdo e difundi-lo. Seriam abertas, dessa forma, novas avenidas para a participação política em um ambiente de debate colaborativo. A internet, malgrado os exageros desses arroubos proféticos, possui um potencial comunicativo liberador, capaz de produzir comunidade. Mas como veremos, o domínio das forças de mercado não apenas impõem a cada dia uma experiência cada vez mais controlada na internet, mas colonizam também o nosso cotidiano.

As ciberutopias acerca da liberdade comunicativa levam a uma questão. Afinal, a internet é uma esfera pública? O ciberespaço possui esferas privadas e semiprivadas. Um grande número de transações privadas são feitas na internet: compras, transações bancárias, vendas etc. Mas há espaços de discussão, principalmente em redes sociais, que são comparados a esferas públicas. Herscovici (2003), por exemplo, considera que a existência de informações privadas e semiprivadas na rede, que possuem algum tipo de barreira para o acesso, expõe as contradições da internet no que tange ao seu caráter democratizante, pois há, por conta de interesses econômicos, uma reprivatização da informação. Outra questão é o advento de redes sociais da Web 2.0, que permitem maior interação do usuário, como Facebook e Twitter. Atualmente, grande parte de nossas interações cotidianas se dão nesses espaços. Mas serão esses espaços esferas públicas que garantem uma comunicação livre e emancipada ou que, pelo menos, comportam essa promessa?

As redes sociais são espaços localizados na internet onde os indivíduos constroem perfis com o intuito de se conectar a outros perfis, sejam de organizações ou pessoas, criando assim uma rede de contatos. Os conteúdos produzidos por outros perfis conectados ao do usuário estarão disponíveis para acesso e compartilhamento. Em troca, as empresas proprietárias dessas redes veiculam publicidade direcionada baseada no histórico de navegação do usuário. Caso um indivíduo esteja, por exemplo, procurando hospedagem ou passagens aéreas para um local específico, um grande número de publicidade de hospedagem e passagens aéreas para o local procurado surgirá na sua linha do tempo. Essas práticas tornaram acusações de violação de publicidade a empresas como Facebook e Google uma

constante e um dos grandes tópicos de discussão sobre os limites dessas empresas em usar os dados dos usuários para fins comerciais.

Outro modo dessas empresas obterem lucros é cobrar por visibilidade. Não basta que a empresa, indivíduo ou organização esteja presente na rede social, é preciso pagar para atingir uma determinada fração de pessoas conectadas àquele perfil. Ou seja, grupos com maior poderio financeiro terão possibilidade de atingir maior número de pessoas, mesmo que a sua rede de contato seja menor que de grupos que contem com menos recursos. Essa tática é utilizada principalmente pelo Facebook.

Há, também, o artifício do uso de algoritmos para interferir na experiência do usuário. A última mudança nesse sentido no Facebook foi realizada visando que os indivíduos presentes na rede tenham acesso a postagens pessoais de seus contatos em detrimento de postagens de notícias. (KELION, 2016) Logo, levando em conta a possibilidade do uso do poder econômico gerar desigualdade na difusão de uma ideia e o controle do fluxo de informações imposto por algoritmos, uma rede social como o Facebook não pode ser considerada esfera pública.

O Twitter, por sua vez, apresenta menos barreiras para o fluxo livre da informação. Todas as postagens compartilhadas pelos perfis conectados ao do usuários surgirão na sua linha do tempo. Mesmo assim, o Twitter favorece alguns perfis. Na busca de *hashtags*, *twitters*, perfis, relatos e tendências mundiais, os motores de busca do Twitter favorecem os perfis que pagam por publicidade. Para Fuchs (2014, p.199). o Twitter pratica uma economia da atenção estruturada pelo poder econômico que privilegia atores economicamente poderosos em detrimento de usuários comuns.

Então, redes sociais, como Facebook e Twitter devem ser descartadas pelos movimentos sociais? Não, mas devem ser tratadas pelo que são: recursos que podem ser mobilizados para uma comunicação alternativa. Apesar de não serem esferas públicas, redes sociais como o Twitter, criaram espaços para o dissenso (ROBERTS, 2014) que devem ser ocupados pelos movimentos sociais. A redes sociais são contraditórias, pois mesmo com suas restrições favorecem a criação e manutenção do que Fraser (1996, p.123) chama de contrapúblicos subalternos cujo “objetivo é construir arenas discursivas paralelas onde os membros de grupos sociais subordinados inventam e circulam contradiscursos para formular interpretações oposicionistas de suas identidades, interesses e necessidades”. A criação de comunidades virtuais, por exemplo, serve de arena de discussão e encontro para esses grupos. Logo, as redes sociais abrem oportunidades para a comunicação alternativa

para movimentos sociais. Oportunidade muito bem aproveitada pela Mídia Ninja, por exemplo. Mas é preciso senso crítico e conhecer os limites das redes sociais, bem como suas contradições.

4. O Ciberespaço e o Novo Espírito do Capitalismo

Com a chegada da Internet, cresceram as esperanças na revitalização de uma Esfera Pública dominada pelo sistema econômico através de conglomerados midiáticos. A massificação do acesso à internet prometia uma mudança radical. De acordo com a utopia tecnológica, os meios de comunicação de massa seriam superados. Todos poderiam, então, ser emissores dentro do modelo de comunicação informatizado que não se daria mais no modelo Um-Todos, mas no modelo Todos-Todos, de acordo com Lemos (2015, p.80). A informação não seria emitida mais de um centro, ela agora seria multidirecional, coletiva, personalizada. “O modelo informatizado, cujo exemplo é o ciberespaço, é aquele onde a forma de rizoma (redes digitais) se constitui numa estrutura de livre circulação de mensagens”. (Idem, p.81). Essa fé na tecnologia como transformadora e libertadora por si mesma não corresponde à realidade presente da Internet, momento em que quase todos os conteúdos e serviços da rede convergem para o mercado. Ao mesmo tempo, à medida que a internet cresce, aumentam as possibilidades de sua exploração econômica, como observaram Bolaño, Castañeda e Vasconcelos (2007, p.188-9) .

A utopia da cibercultura bebe na mesma fonte daquilo que Boltanski e Chiapello chamam de o Novo Espírito do Capitalismo. O Novo Espírito do Capitalismo, segundo os autores, seria a ideologia que leva o indivíduo a se engajar no capitalismo surgido após a reestruturação da década de 1970, que levou ao fim do regime de acumulação fordista, e à diminuição do Estado de Bem-estar social na Europa. A partir daí, surgem conceitos como empregabilidade, empreendedorismo, cuja ideologia de fundo passa encarar o empregado como um indivíduo responsável pela sua carreira e aperfeiçoamento, e não mais como parte de uma grande estrutura burocratizada, centralizada. Tal estrutura era personificada na grande empresa fordista, um espaço que remetia, muitas vezes, à organização familiar.

O modelo toyotista começava a adentrar no mundo do trabalho, e uma nova mentalidade era exigida do trabalhador. Seus saberes e conhecimentos individuais, as chamadas competências, são cada vez mais valorizadas, principalmente se significam ganho de produtividade. Autogestão e autocontrole de equipes de trabalho, que passam a funcionar como cooperativas, passam a ser mantras entoados por manuais de administração. Os

sindicatos e as ações coletivas vão perdendo força dentro do ambiente de trabalho, que vai sendo encarado de forma cada mais individualizada.

Além disso, os movimentos contestatórios da década de 1960 colocaram em xeque as hierarquias no trabalho, nas universidades e em vários campos da vida social. É nesse período que surgem os movimentos de liberação da sexualidade e pacifistas, o feminismo ganha força e surgem movimentos pelos direitos civis. Em um momento em que o capitalismo era questionado como regime apoiado em estruturas verticais como a fábrica fordista, e o Estado-providência se desincumbia em garantir direitos sociais, era preciso garantir o engajamento dos indivíduos no sistema, pois, segundo Boltanski e Chiapello (2009,p.39), “o capitalismo precisa ter condições de dar a essas pessoas a garantia de uma segurança mínima em verdadeiros santuários onde é possível viver, formar família, criar filhos etc.”.

A ideia de que apenas a ação individual seria capaz de garantir emancipação era consonante com a liberdade individual pregada pelos movimentos libertários de década de 1960. A cibercultura, a cultura hacker, o ciberativismo, todas essas manifestações têm origem na contracultura surgida nos anos 1960. Embora, a cibercultura e o ciberativismo preservem a utopia libertária e contestatória de uma nova organização social, os pontos de contato são grandes, e os limites de uma para outra são tênues.

Um dos exemplos, é o já citado *prosumidor*, amalgama entre produtor e consumidor. No campo da produção midiática, o indivíduo seria capaz de produzir, editar e transmitir seus próprios produtos midiáticos. Enxergamos aqui dois perigos: (1) a sensação de que é possível produzir, de forma continuada, contra-agendamentos que vão de encontro à cobertura dos grandes meios de comunicação; (2) uma consequência dessa falsa sensação é a ideia de que não é preciso uma reforma nas leis que regulam a propriedade das comunicações de massa, uma vez que a Internet garantiria voz a todos os setores da sociedade; (3) uma confusão entre militância e empreendedorismo, com o militante passando a visto como um “empreendedor social”, essa foi umas críticas à Mídia Ninja, ligada à cooperativa cultural Fora do Eixo³ e; (4) a transformação da esfera pública no que Roberts (2009) chama Esfera Pública Competente, que sai do mundo do trabalho para o cotidiano. Ou seja, assim como no trabalho em que são exigidas competências para a participação, a esfera pública com a Internet pode privilegiar e dar poder aos

³Para compreender a polêmica envolvendo o coletivo cultural Fora do Eixo e como isso atingiu a Mídia Ninja ver NOGUEIRA, 2013

“competentes”, aqueles capazes de usar a tecnologia de forma eficaz para se expressar, que possuem “competências” assim como na ideologia gerencial do mercado de trabalho em voga. A aceitação acrítica desses valores pode inviabilizar a construção de uma comunicação radical e contra-hegemônica, uma vez que estes são os próprios valores hegemônicos.

5. Considerações Finais

A Internet, desde o começo de sua massificação na década de 1990, sempre foi encarada com excessiva esperança, principalmente por conta de seu potencial comunicativo libertador. Entretanto, como já foi dito a internet é eivada de contradições justamente porque ela ser produto de uma sociedade capitalista. Análises que tratam a internet e outras TIC's assim como seus produtos, como a salvação da democracia, a oportunidade de revigorar a esfera pública, de criar uma cultura de partilha, entre outras tanta promessas, recaem inevitavelmente no determinismo tecnológico. Esquecem que a política, a produção de bens, protestos, são relações entre pessoas. Mesmo com a massificação da internet completando mais de duas décadas, a cada nova tecnologia, a cada nova moda, ou movimento político surgidos no ciberespaço, há uma nova análise em que as TIC's são fetichizadas.

As análises realizadas acerca dos movimentos sociais que utilizam as TIC's como recurso ou repertório de protesto são o eterno retorno da velha fetichização da tecnologia. Claro, que esses repertórios e recursos transformaram o modo de atuar dos movimentos sociais, entretanto, esses coletivos atuam apenas quando há uma oportunidade política, reúnem-se em torno de um tema comum apenas quando há uma demanda a ser feita. Há também uma forte tendência em algumas análises em tratar não só a internet como uma esfera pública, mas também espaços mantidos por empresas que buscam o lucro, como as redes sociais, e, em função desse fato, controlam a difusão e o acesso à conteúdo. Tais análises apenas naturalizam a colonização do mundo da vida e a invasão da esfera pública por corporações privadas que possuem interesses políticos e econômicos muito pouco democráticos. Outra questão que deve ser encarada é a crítica ideológica ao conceito de cibercultura, carregado de uma metafísica liberal, e com muitos pontos de contato com o discurso gerencial do empreendedorismo e autogestão.

Esse artigo é um ponto de partida para que possamos construir uma agenda de estudos consistente sobre ciberativismo, comunicação alternativa e movimentos sociais na

internet. O objetivo dessa agenda de pesquisa é compreender as dinâmicas do ciberativismo e dos movimentos sociais na internet, construir uma economia política das redes sociais já que esses movimentos sociais utilizam esses espaços para difusão das suas ideias, e, por fim, elaborar uma crítica ao conceito de cibercultura.

Referências

BOLAÑO, César Ricardo Siqueira. A Economia Política da Internet e da Chamada Convergência. In: BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Org). **Economia Política da Internet**. São Cristovão: Editora UFS; AracaJu: Fundação Oviêdo Texeira, 2007. pp. .21-110.

_____. Sociedade da Informação: reestruturação capitalista e esfera pública global. **Estudos de Sociologia**, v. 5, n. 8, 2008. pp.93-128.

BOLAÑO, César; CASTAÑEDA, Marcos; VASCONCELOS, Daniel. Para uma Análise do Desenvolvimento Histórico da Internet. In: BOLAÑO, César Ricardo Siqueira (Org). **Economia Política da Internet**. São Cristovão: Editora UFS; AracaJu: Fundação Oviêdo Texeira, 2007. pp. 165-226.

BOLTANSKI, Luc; CHIAPELLO, Eve. **O novo espírito do capitalismo**. São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

CARROLL, William k.; HACKETT, Robert. Democratic Media Activism through the Lens of Social Movement Theory. **Media, Culture & Society**. v. 28, n.1 London, Thousand Oaks and New Delhi. 2006. pp.83-104

CASTELLS, Manuel. **Redes de Indignação e Esperança. Movimentos Sociais na Era da Internet**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.

DELLA PORTA, Donatella. **O Movimento por uma Nova Globalização**. Loyola: São Paulo, 2007.

DOWNING, John D. **Mídia Radical: Rebeldia nas Comunicações e Movimentos Sociais**. São Paulo: Senac, 2004.

FRASER, Nancy. Rethinking the Public Sphere: a Contribution to the Critique of Actually Existing Democracy. In: CAULHON, Craig. **Habermas and the Public Sphere**. MIT: Cambridge, 1996. p.109-142.

FUCHS, Christian. **Social Media. A Critical Introduction**. London: Sage, 2014.

HERSCOVICI, Alain. Tecnologias da Informação e da Comunicação, modificação do espaço público e novas articulações entre o público e o privado. Reflexões sobre a natureza econômica e sociológica da Informação. **Revista de Economia Política de las Tecnologías de la Información y Comunicación www.eptic.com.br**, v. 5, n. 2, 2003. pp.43-60

HABERMAS, Jurgen. Further Reflections on the Public Sphere. In:CAULHON, Craig (Org). **Habermas and the Public Sphere**. MIT: Cambridge, 1996. p.421-461

_____. **Direito e Democracia: entre Facticidade e Validade. Volume II** Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

_____. **Mudança Estrutural na Esfera Pública**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

KELION, Leon. **O que muda na sua timeline com a nova priorização anunciada pelo Facebook**. BBC. 30 jun 2016. <http://www.bbc.com/portuguese/geral-36666721>. Acesso em 01 jun 2016.

LEMOS, André. **Cibercultura. Tecnologia e Vida Social na Cultura Contemporânea**. 7 ed. Porto Alegre: Sulina, 2015

LORENZOTTI, Elizabeth. **Jornalismo Século XXI: O Modelo Mídia Ninja**. São Paulo: E-Galáxia, 2014. Formato Kobo Epub.

MALINI, Fábio; ANTOUN, Henrique. **A Internet e a Rua. Ciberativismo e Mobilização nas Redes Sociais**. Porto Alegre, Sulina: 2013.

MOSCO, Vicent. **The Political Economy of Communication**. 2ed. New York: Sage, 2009.

NHORIA, Nitin; ECCLES, Robert G. **Networks and Organizations: Structure, Form and Action**. Boston: Harvard Business School Press, 1992.

NOGUEIRA, Kiko. **Fora do Eixo virou um problema para a Mídia Ninja**. Observatório da Imprensa. 13 ago 2013. http://observatoriodaimprensa.com.br/jornal-de-debates//fora_do_eixo_virou_um_problema_para_a_midia_ninja/. Acesso em 09 de jun 2016

POMAR, Marcelo. Não Foi um Raio em Céu Azul. In: JUDENSNAIDER et al. **Vinte Centavos: a Luta Contra o Aumento**. São Paulo: Veneta, 2014. pp. 8-21.

ROBERTS, John Michael. **New Media and Public Activism. Neoliberalism, the State and the Radical Protest in the Public Sphere**. Bristol: Policy Press, 2014.

_____. **The Competent Public Sphere. Global Political Economy, Dialogue and Contemporary Workplace**. New Yor: Palgrave Macmillian, 2009.

SINGER, André. **Os Sentidos do Lulismo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

TILLY, Charles. **Regimes and Repertoires**. Chicago: The Universty of Chicago Press, 2006.

TARROW, Sidney. **O Poder em Movimento. Movimentos Sociais e Confronto Político**. Petrópolis/RJ: Vozes, 2009.